

1. PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	37	LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997	255
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	138	<i>Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.</i>	
CÓDIGO DE ÉTICA DA ANOREG-BR	166	LEI Nº 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000	269
MEDIDA PROVISÓRIA	172	<i>Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001	172	LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	276
<i>Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.</i>		<i>Institui o Código Civil.</i>	
LEIS FEDERAIS	174	LEI Nº 10.426, DE 24 DE ABRIL DE 2002*.....	481
LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966*	174	<i>Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.</i>	
<i>Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.</i>		LEI Nº 10.741, DE 1 DE OUTUBRO DE 2003*	482
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973	184	<i>Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.</i>	
<i>Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.</i>		LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006*	484
LEI Nº 7.711, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988	239	<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
<i>Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.</i>		LEI Nº 11.630, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007	484
LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991.....	240	<i>Institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.</i>	
<i>Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.</i>		LEI Nº 11.971, DE 6 DE JULHO DE 2009	484
LEI Nº 8.522, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992	242	<i>Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.</i>	
<i>Extingue taxas, emolumentos, contribuições, parcela da União das Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>		LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012	485
LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	242	<i>Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.</i>	
<i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.</i>		LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015*	490
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996	250	<i>Código de Processo Civil.</i>	
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>		LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	549
		<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	

* Excerto.

LEI Nº 13.286, DE 10 MAIO DE 2016	555	
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.</i>		
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	555	
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei nº 13.853, de 8/7/2019)</i>		
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020	571	
<i>Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.</i>		
LEI Nº 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022	574	
<i>Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.</i>		
LEI Nº 14.398, DE 08 DE JULHO DE 2022	577	
<i>Institui o documento de identidade de notários e registradores e de escreventes de serventias extrajudiciais.</i>		
LEI Nº 14.534, DE 11 DE JANEIRO DE 2023	578	
<i>Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.</i>		
LEI Nº 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023	579	
<i>Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho</i>		
<i>de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.</i>		
LEI FEDERAL AGRUPADA COM SEU DECRETO REGULAMENTADOR		598
LEI Nº 5.433, DE 8 DE MAIO DE 1968	598	
<i>Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.</i>		
DECRETO Nº 1.799, DE 30 DE JANEIRO DE 1996	598	
<i>Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.</i>		
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991*	600	
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>		
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999*	605	
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>		
LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	618	
<i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i>		
DECRETO Nº 9.451, DE 26 DE JULHO DE 2018	639	
<i>Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.</i>		
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	641	
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>		

* Excerto.

DECRETO Nº 10.278, DE 18 DE MARÇO DE 2020	651	DECRETO Nº 6.891, DE 2 DE JULHO DE 2009*	673
<i>Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.</i>		<i>Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.</i>	
DECRETOS-LEIS	653	DECRETO Nº 7.107, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010	674
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	653	<i>Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.</i>	
<i>Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.</i>		DECRETO Nº 7.574, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011*	676
DECRETO-LEI Nº 1.510, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976	656	<i>Regulamenta o processo de determinação e de exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira, à classificação fiscal de mercadorias, à classificação de serviços, intangíveis e de outras operações que produzam variações no patrimônio e de outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.</i>	
<i>Dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na venda de participações societárias pelas pessoas físicas; altera o Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à pessoa física equiparada à pessoa jurídica em decorrência de operações com imóveis, e dá outras providências.</i>		DECRETO Nº 8.302, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014	678
DECRETO-LEI Nº 1.537, DE 13 DE ABRIL DE 1977	658	<i>Revoga o Decreto nº 6.106, de 30 de abril de 2007, que dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, e revoga dispositivos do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social.</i>	
<i>Isenta do pagamento de custas e emolumentos a prática de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.</i>		DECRETO Nº 148, DE 6 DE JULHO DE 2015	678
DECRETOS FEDERAIS	659	<i>Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.</i>	
DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967	659	DECRETO Nº 8.660, DE 29 DE JANEIRO DE 2016	680
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>		<i>Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961.</i>	
DECRETO Nº 166, DE 3 DE JULHO DE 1991*	671	DECRETO Nº 8.742, DE 4 DE MAIO DE 2016	682
<i>Promulga o Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.</i>		<i>Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.</i>	
DECRETO Nº 862, DE 9 DE JULHO DE 1993*	671	DECRETO Nº 8.936, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016	683
<i>Promulga o Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 17/10/1989.</i>		<i>Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
DECRETO Nº 3.598, DE 12 DE SETEMBRO DE 2000*	672	DECRETO Nº 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018*	684
<i>Promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996.</i>		<i>Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.</i>	

* Excerto.

DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019	686	RESOLUÇÃO Nº 469, DE 31 DE AGOSTO DE 2022, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	738
<i>Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.</i>		<i>Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.</i>	
RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	691	RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF ..	745
RESOLUÇÃO Nº 20, DE 29 DE AGOSTO DE 2006, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	691	RESOLUÇÃO Nº 31, DE 7 DE JUNHO DE 2019	745
<i>Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro.</i>		<i>Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas reguladas pelo Coaf, na forma do §1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para cumprimento de sanções impostas nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019; e para as comunicações de que trata o art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relacionadas a terrorismo e seu financiamento.</i>	
RESOLUÇÃO Nº 67, DE 3 DE MARÇO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	691	RESOLUÇÃO COAF Nº 40, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021.....	746
<i>Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre os procedimentos a serem observados, em relação a pessoas expostas politicamente, por aqueles que se sujeitam à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	
RESOLUÇÃO Nº 80, DE 09 DE JUNHO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	712	PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	748
<i>Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público.</i>		PROVIMENTO Nº 23, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012	748
RESOLUÇÃO Nº 81, DE 9 DE JUNHO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	716	<i>Dispõe sobre a restauração de livros extraviados ou danificados no serviço extrajudicial de notas e de registro</i>	
<i>Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.</i>		PROVIMENTO Nº 24, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012	749
RESOLUÇÃO Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	725	<i>Dispõe sobre a alimentação dos dados no sistema “Justiça Aberta”.</i>	
<i>Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.</i>		PROVIMENTO Nº 25, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012	749
RESOLUÇÃO Nº 228, DE 22 DE JUNHO DE 2016 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	730	<i>Dispõe sobre a regulamentação do uso do Malote Digital pelas serventias extrajudiciais de notas e de registro.</i>	
<i>Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).</i>		PROVIMENTO Nº 41, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014	751
RESOLUÇÃO Nº 401, DE 16 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	733	<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação dos atos normativos expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.</i>	
<i>Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.</i>		PROVIMENTO Nº 45, DE 13 DE MAIO DE 2015	754
		<i>Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correções e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências.</i>	
		PROVIMENTO Nº 50, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015	757
		<i>Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais.</i>	

PROVIMENTO Nº 60, DE 10 DE AGOSTO DE 2017	766	<i>Estabelece diretrizes gerais para a cobrança de emolumentos sobre os contratos de exploração de energia eólica.</i>	<i>visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e do financiamento do terrorismo, previsto na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, e dá outras providências.</i>
PROVIMENTO Nº 61, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017	766	<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional.</i>	PROVIMENTO Nº 95, DE 01 DE ABRIL DE 2020.....
PROVIMENTO Nº 62, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017	767	<i>Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).</i>	790
PROVIMENTO Nº 67, DE 26 DE MARÇO DE 2018	771	<i>Dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil.</i>	<i>Dispõe sobre o funcionamento dos serviços notariais e de registro durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), enquanto serviço público essencial que possui regramento próprio no art. 236 da Constituição Federal e na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.</i>
PROVIMENTO Nº 69, DE 12 DE JUNHO DE 2018	775	<i>Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro do Brasil.</i>	PROVIMENTO Nº 78, DE 30 DE ABRIL DE 2020.....
PROVIMENTO Nº 74, DE 31 DE JULHO DE 2018	776	<i>Dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil e dá outras providências.</i>	792
PROVIMENTO Nº 76, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018	778	<i>Altera a periodicidade do recolhimento do valor da renda líquida excedente, pelos responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, ao tribunal de justiça, previsto no Provimento n. 45 de 13/5/2015.</i>	<i>Dispõe sobre a incompatibilidade da atividade notarial e de registro com o exercício simultâneo de mandato eletivo e dá outras providências.</i>
PROVIMENTO Nº 77, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2018	779	<i>Dispõe sobre a designação de responsável interino pelo expediente.</i>	PROVIMENTO Nº 107, DE 24 DE JUNHO DE 2020
PROVIMENTO Nº 79, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018	780	<i>Dispõe sobre a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial e dá outras providências.</i>	792
PROVIMENTO Nº 85, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.....	781	<i>Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial.</i>	<i>Dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional, e dá outras providências.</i>
PROVIMENTO Nº 88, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019	782	<i>Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores</i>	PROVIMENTO Nº 108, DE 3 DE JULHO DE 2020
			793
			<i>Dispõe sobre o envio de dados estatísticos pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativos à fiscalização das obrigações impostas a notários e registradores de todo o Brasil, no cumprimento dos termos do Provimento n. 88/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça e de correlatas sanções que tenham sido aplicadas, na forma do art. 12 da Lei n. 9.613/98 e dá outras providências.</i>
			PROVIMENTO Nº 127, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022
			794
			<i>Disciplina a Plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos – SIPE para os serviços notariais e de registro, e dá outras providências.</i>
			PROVIMENTO Nº 130, DE 24 DE JUNHO DE 2022
			796
			<i>Dispõe sobre diretrizes e parâmetros para implantação, utilização e funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias (PJeCor).</i>
			PROVIMENTO Nº 133, DE 15 DE AGOSTO DE 2022
			798
			<i>Disciplina a alimentação do Painel Nacional dos Concursos Públicos de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Serviços de Notas e de Registro, gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça.</i>
			PROVIMENTO Nº 134, DE 24 DE AGOSTO DE 2022
			799
			<i>Estabelece medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.</i>
			PROVIMENTO Nº 139, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023
			807

Regulamenta o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), o Operador Nacional do Sistema de Registros Públicos (ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (FIC-ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil de Pessoas Naturais (FIC-RCPN) e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (FIC-RTDPJ), institui o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN) e o Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ), e dá outras providências.	
PROVIMENTO CNJ Nº 147, DE 04 DE JULHO DE 2023.....	810
<i>Dispõe sobre a política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça; adota protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores; cria canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 148, DE 27 DE JULHO DE 2023.....	812
<i>Disciplina a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça como Agente Regulador dos Operadores Nacionais dos Registros Públicos, e dá outras providências.</i>	
RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ.....	815
RECOMENDAÇÃO Nº 9, DE 7 DE MARÇO DE 2013.....	815
<i>Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.</i>	
RECOMENDAÇÃO Nº 28, DE 17 DE AGOSTO DE 2018.....	816
<i>Recomenda aos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a celebração de convênios com notários e registradores do Brasil para a instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs).</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 46, DE 22 DE JUNHO DE 2020	817
<i>Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 47, DE 12 DE MARÇO DE 2021	817
<i>Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 49, DE 03 DE MARÇO DE 2022	818
<i>Dispõe sobre a adesão dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.</i>	
ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ.....	820
ORIENTAÇÃO Nº 7, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2018	820
<i>Dispõe sobre a reestruturação periódica das serventias extrajudiciais vagas.</i>	
PORTARIA CONJUNTA DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN E RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB...	821
PORTARIA Nº 1.751, DE 2 DE OUTUBRO DE 2014.....	821
<i>Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.</i>	
PORTARIA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA – SPUSEDM/ME	825
PORTARIA Nº 24.218, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020.....	825
<i>Estabelece as normas para envio da Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União (Doitu) pelos cartórios à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia.</i>	
INSTRUÇÕES DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB	827
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.112, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010	827
<i>Aprova o programa e as instruções para preenchimento da Declaração sobre Operações Imobiliárias, versão 6.1, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.110, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022*	828
<i>Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).</i>	

* Excerto.

2. PARTE ESPECIAL

2.1. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

LEIS FEDERAIS	835	LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996.....	893
LEI Nº 765, DE 14 DE JULHO DE 1949.....	835	<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
<i>Dispõe sobre o registro civil de nascimento.</i>		LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996.....	893
LEI Nº 2.375, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954.....	835	<i>Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.</i>	
<i>Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.</i>		LEI Nº 9.465, DE 7 DE JULHO DE 1997.....	894
LEI Nº 3.764, DE 25 DE ABRIL DE 1960.....	835	<i>Dispõe sobre fornecimento gratuito de registro temporâneo de nascimento.</i>	
<i>Estabelece rito sumaríssimo para retificações no registro civil.</i>		LEI Nº 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008.....	894
LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.....	836	<i>Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.</i>	
<i>Dispõe sobre o Estatuto do Índio.</i>		LEI Nº 11.976, DE 7 DE JULHO DE 2009.....	894
LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977.....	841	<i>Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.</i>	
<i>Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.</i>		LEI Nº 12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012.....	895
LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.....	845	<i>Assegura validade nacional à Declaração de Nascimento Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.</i>	
<i>Concede anistia e dá outras providências.</i>		LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016*.....	896
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.....	846	<i>Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.</i>	
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</i>		LEI Nº 13.444, DE 11 DE MAIO DE 2017.....	901
LEI Nº 8.501, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1992.....	889	<i>Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).</i>	
<i>Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências.</i>		LEI FEDERAL AGRUPADA COM SEU DECRETO REGULAMENTADOR	903
LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992.....	890	LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.....	903
<i>Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.</i>		<i>Assegura validade nacional as Carteira de Identidade regula sua expedição e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994.....	891	LEI Nº 9.454, DE 7 DE ABRIL DE 1997.....	904
<i>Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.</i>		<i>Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.140, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995.....	891		
<i>Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.</i>			

* Excerto.

DECRETO Nº 10.977, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023	904	RESOLUÇÕES	936
<i>Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.</i>		RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	908	RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 03, DE 19 DE ABRIL DE 2012 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP).....	936
<i>Institui a Lei de Migração.</i>		<i>Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	
DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017*	922	RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	
<i>Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.</i>		RESOLUÇÃO Nº 155, DE 16 DE JULHO DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ....	937
DECRETOS	928	<i>Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior.</i>	
DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009*	928	RESOLUÇÃO Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	940
<i>Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.</i>	
DECRETO Nº 7.231, DE 14 DE JULHO DE 2010.....	929	RESOLUÇÃO Nº 270, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	940
<i>Regulamenta o art. 29, incisos I, II e III, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.</i>	
DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.....	929	RESOLUÇÃO Nº 402, DE 28 DE JUNHO DE 2021, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	942
<i>Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>		<i>Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 9.929, DE 22 DE JULHO DE 2019	930	RESOLUÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL	
<i>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e sobre o seu comitê gestor.</i>		RESOLUÇÃO Nº 01, DE 09 DE JULHO DE 2015.....	943
DECRETO Nº 10.063, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.....	932	<i>Dispõe sobre a padronização dos procedimentos para envio de dados pelas serventias de registro civil de pessoas naturais ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc.</i>	
<i>Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.</i>		RESOLUÇÃO Nº 4, DE 28 DE MAIO DE 2019	944
		<i>Dispõe sobre o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc.</i>	
		RESOLUÇÃO Nº 8, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021.....	947
		<i>Regulamenta o § 6º do artigo 7º do Decreto nº 9.929 de 22 de julho de 2019.</i>	

* Excerto.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)		
RESOLUÇÃO Nº 2.320, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)	948	PROVIMENTO Nº 37, DE 7 DE JULHO DE 2014
<i>Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.294, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2021, Seção I, p. 60.</i>		964
PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ		<i>Dispõe sobre o registro de união estável no Livro “E” do registro civil das pessoas naturais, sobre o termo declaratório de reconhecimento e dissolução de união estável lavrado perante o registro civil das pessoas naturais, sobre a alteração extrajudicial do regime de bens na união estável e sobre a conversão da união estável em casamento.</i>
PROVIMENTO Nº 12, DE 06 DE AGOSTO DE 2010.....	951	PROVIMENTO Nº 46, DE 16 DE JUNHO DE 2015
<i>Determinar que seja remetido, em forma que preserve o sigilo, para cada uma das 27 Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça, o CD com os nomes e endereços dos alunos que, naquela unidade da Federação, não possuem paternidade estabelecida, segundo os dados do Censo escolar.</i>		969
PROVIMENTO Nº 13, DE 03 DE SETEMBRO DE 2010	952	<i>Revoga o Provimento 38 de 25/07/2014 e dispõe sobre a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC.</i>
<i>Dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos.</i>		PROVIMENTO Nº 51, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015
PROVIMENTO Nº 14, DE 29 DE ABRIL DE 2011.....	956	971
<i>Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil.</i>		<i>Dispõe sobre a averbação de carta de sentença expedida após homologação de sentença estrangeira relativa a divórcio ou separação judicial.</i>
PROVIMENTO Nº 15, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011	957	PROVIMENTO Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2016
<i>Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil e o início de sua utilização obrigatória.</i>		972
PROVIMENTO Nº 16, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012	958	<i>Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.</i>
<i>Dispõe sobre a recepção, pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores.</i>		PROVIMENTO Nº 63, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017
PROVIMENTO Nº 26, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012	960	972
<i>Dispõe sobre o “Projeto Pai Presente – 2012”</i>		<i>Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.</i>
PROVIMENTO Nº 28, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013	961	PROVIMENTO Nº 66, DE 25 DE JANEIRO DE 2018
<i>Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina.</i>		987
		<i>Dispõe sobre a prestação de serviços pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais mediante convênio, credenciamento e matrícula com órgãos e entidades governamentais e privadas.</i>
		PROVIMENTO Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018
		988
		<i>Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).</i>
		PROVIMENTO Nº 81, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018
		990
		<i>Dispõe sobre a Renda Mínima do Registrador Civil de Pessoas Naturais.</i>
		PROVIMENTO Nº 82, DE 03 DE JULHO DE 2019
		991
		<i>Dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor e dá outras providências.</i>

PROVIMENTO Nº 104, DE 09 DE JUNHO DE 2020	992	RECOMENDAÇÃO Nº 23, DE 28 DE JUNHO DE 2016	999
<i>Dispõe sobre o envio de dados registrai, das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, pelo Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, diretamente ou por intermédio da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais- CRC, aos Institutos de Identificação dos Estados e do Distrito Federal, para fins exclusivos de emissão de registro geral de identidade.</i>		<i>Recomenda aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais que registrem a profissão dos pais a serviço do seu país nos assentos e certidões de nascimento dos seus filhos nascidos no Brasil.</i>	
PROVIMENTO Nº 122, DE 13 DE AGOSTO DE 2021.....	993	RECOMENDAÇÃO Nº 40, DE 02 DE JULHO DE 2019	1000
<i>Dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido “ignorado”.</i>		<i>Dispõe sobre os prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais.</i>	
PROVIMENTO Nº 137, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022	994	RECOMENDAÇÃO Nº 43, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.....	1001
<i>Estabelece regras para o envio, ao Tribunal Superior Eleitoral, da comunicação de alteração de prenome prevista no art. 56, § 3º, da Lei n. 6.015/1973, com a redação dada pela Lei n. 14.382/2022.</i>		<i>Dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes.</i>	
PROVIMENTO Nº 140, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023	995	RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 50, DE 18 DE JULHO DE 2022.....	1002
<i>Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Enfrentamento ao Sub-registro Civil e de Ampliação ao Acesso à Documentação Básica por Pessoas Vulneráveis; institui a Semana Nacional do Registro Civil e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.</i>	
RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ.....		ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ.....	
998		1003	
RECOMENDAÇÃO Nº 6, DE 2 DE JULHO DE 2012	998	ORIENTAÇÃO Nº 4, DE 25 DE JUNHO DE 2013 DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	1003
<i>Dispõe sobre o uso de papel de segurança unificado para emissão de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>		<i>Orienta sobre a desnecessidade de preenchimento da coluna “CID” do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde para efeito de lavratura de assento de óbito por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	
RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012	998	INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	1004
<i>Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.</i>		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.548, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015 DA RFB.....	1004
RECOMENDAÇÃO Nº 18, DE 02 DE MARÇO DE 2015	999	<i>Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</i>	
<i>Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento.</i>		INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.....	1012
RECOMENDAÇÃO Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2015	999	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 116, DE 5 MAIO DE 2021	1012
<i>Dispõe sobre a instituição de Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas, nos Estados que possuem Central de Registro Civil e no Distrito Federal.</i>		<i>Disciplina o procedimento relativo à apuração de descumprimento de qualquer obrigação imposta pelo art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como o fornecimento de informação inexata pelos Titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de aplicação de multa e propositura de ação regressiva.</i>	

PORTARIAS	1017
PORTARIA Nº 938, DE 20 DE MAIO DE 2002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	1017
PORTARIA Nº 116, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009 DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	1018
<i>Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.</i>	

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8,
DE 8 DE OUTUBRO DE 2019 DOS MINISTÉRIOS
DA JUSTIÇA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES..... 1024
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de naturalização especial.

PORTARIA Nº 901,
DE 20 DE MAIO DE 2021 DO INSTITUTO
NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS..... 1027
Dispõe sobre regras de condutas de acesso pelos Titulares e Substitutos de Cartórios de Registro Civil ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis - SIRC.

2.2. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

LEI COMPLEMENTAR	1031
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	1031
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.</i>	

estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

LEIS FEDERAIS	1071
----------------------------	------

LEI Nº 5.764,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971
 1071 || *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.* | |

LEI Nº 6.099,
DE 12 DE SETEMBRO DE 1974
 1083 || *Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências.* | |

LEI Nº 8.906,
DE 4 DE JULHO DE 1994*
 1085 || *Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).* | |

LEI Nº 9.096,
DE 19 DE SETEMBRO DE 1995
 1086 || *Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.* | |

LEI Nº 12.879,
DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
 1098 || *Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação* | |

LEI Nº 12.881,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013
 1099 || *Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.* | |

LEI Nº 12.973,
DE 13 DE MAIO DE 2014*
 1101 || *Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências.* | |

* Excerto.

LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014*	1101	DECRETOS-LEIS	1136
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>		DECRETO-LEI Nº 1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939	1136
		<i>Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio.</i>	
		DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969	1136
		<i>Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.</i>	
		PROVIMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	1139
		PROVIMENTO Nº 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012	1139
		<i>Dispõe sobre a facultatividade e a competência para o registro de contratos de alienação fiduciária e de arrendamento mercantil de veículos por Oficial de Registro de Títulos e Documentos.</i>	
		PROVIMENTO Nº 48, DE 16 DE MARÇO DE 2016	1139
		<i>Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas.</i>	
		INSTRUÇÕES NORMATIVAS	1142
		INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.119, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022 DA RFB	1142
		<i>Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.</i>	
		INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO – DREI	
		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 81, DE 10 DE JUNHO DE 2020	1157
		<i>Dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.</i>	
		RESOLUÇÃO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE	1182
		RESOLUÇÃO Nº 23.670, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	1182
		<i>Dispõe sobre as federações de partidos políticos.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014*	1101		
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>			
LEI Nº 13.267, DE 06 DE ABRIL DE 2016	1103		
<i>Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.</i>			
LEI Nº 14.030, DE 28 DE JULHO DE 2020	1105		
<i>Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.</i>			
LEI Nº 14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021*	1107		
<i>Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); (...) e dá outras providências.</i>			
LEI FEDERAL AGRUPADA COM SEU DECRETO REGULAMENTADOR		1114	
LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1114		
<i>Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.</i>			
DECRETO Nº 1.800, DE 30 DE JANEIRO DE 1996	1120		
<i>Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.</i>			

* Excerto.

2. PARTE ESPECIAL

2.3. REGISTRO DE IMÓVEIS

MEDIDAS PROVISÓRIAS	1187	LEI Nº 4.132,	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220,		DE 10 DE SETEMBRO DE 1962	1201
DE 4 DE SETEMBRO DE 2001	1187	<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>		LEI Nº 4.380,	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162,		DE 21 DE AGOSTO DE 1964	1201
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023	1188	<i>Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.</i>	
<i>Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022.</i>		LEI Nº 4.519,	
LEIS COMPLEMENTARES	1195	DE 2 DE DEZEMBRO DE 1964	1213
LEI COMPLEMENTAR Nº 76,		<i>Dispõe sobre a liquidação por acordo das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.</i>	
DE 6 DE JULHO DE 1993	1195	LEI Nº 4.591,	
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.</i>		DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964	1214
LEI COMPLEMENTAR Nº 93,		<i>Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.</i>	
DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998	1197	LEI Nº 4.864,	
<i>Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.</i>		DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965	1234
LEI COMPLEMENTAR Nº 109,		<i>Cria Medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil.</i>	
DE 29 DE MAIO DE 2001*	1199	LEI Nº 5.741,	
<i>Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.</i>		DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971	1239
LEIS FEDERAIS	1200	<i>Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.</i>	
LEI Nº 2.185,		LEI Nº 5.972,	
DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954	1200	DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	1240
<i>Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União.</i>		<i>Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.</i>	
LEI Nº 2.666,		LEI Nº 6.383,	
DE 06 DE DEZEMBRO DE 1955	1200	DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	1241
<i>Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.</i>		<i>Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras providências.</i>	
		LEI Nº 6.404,	
		DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976*	1244
		<i>Dispõe sobre as Sociedades por Ações.</i>	

* Excerto.

LEI Nº 6.530, DE 12 DE MAIO DE 1978	1248	LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992	1291
<i>Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.</i>		<i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.739, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979.....	1251	LEI Nº 8.668, DE 25 DE JUNHO DE 1993	1292
<i>Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	1253	LEI Nº 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993	1296
<i>Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.</i>		<i>Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.855, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1980*	1265	LEI Nº 8.847, DE 28 DE JANEIRO DE 1994	1299
<i>Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.....	1265	LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996	1299
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981	1272	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	1304
<i>Dispõe sobre a Aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.987, DE 13 DE ABRIL DE 1982.....	1273	LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000.....	1310
<i>Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990	1274	LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001.....	1319
<i>Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.</i>		<i>Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	1277	LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.....	1322
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i>		<i>Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.025, DE 12 DE ABRIL DE 1990	1278	LEI Nº 10.998, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004.....	1331
<i>Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.</i>		<i>Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.</i>	
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991.....	1280		
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</i>			

* Excerto.

- LEI Nº 11.483,**
DE 31 DE MAIO DE 2007* 1332
Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.
- LEI Nº 11.795,**
DE 8 DE OUTUBRO DE 2008..... 1334
Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.
- LEI Nº 12.024,**
DE 27 DE AGOSTO DE 2009 1339
Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.
- LEI Nº 13.089,**
DE 12 DE JANEIRO DE 2015 1343
Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.
- LEI Nº 13.097,**
DE 19 DE JANEIRO DE 2015* 1347
Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.
- LEI Nº 13.139,**
DE 26 DE JUNHO DE 2015 1355
Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.
- LEI Nº 13.178,**
DE 22 DE OUTUBRO DE 2015..... 1360
Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.
- LEI Nº 13.240,**
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 1361
Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.

* Excerto.

LEI Nº 13.259, DE 16 DE MARÇO DE 2016.....	1368	<i>Altera as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.</i>
LEI Nº 13.347, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.....	1370	<i>Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.</i>
LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017	1370	<i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.</i>
LEI Nº 13.476, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.....	1408	<i>Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.</i>
LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019	1410	<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>
LEI Nº 14.011, DE 10 DE JUNHO DE 2020	1414	<i>Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nºs 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.</i>
LEI Nº 14.118, DE 12 DE JANEIRO DE 2021.....	1421	<i>Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.</i>
LEI Nº 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021.....	1425	<i>Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.</i>
LEI Nº 14.430, DE 3 DE AGOSTO DE 2022	1430	<i>Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.331, de 1º de setembro de 2016, e 13.986, de 7 de abril de 2020.</i>
LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES.....		
LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964	1440	<i>Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.</i>

DECRETO Nº 59.428, DE 27 DE OUTUBRO DE 1966.....	1464	LEI Nº 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979.....	1512
<i>Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 – 82 – 83 – 91 – 109 – 111 – 114 – 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 – 10 – 11 – 12 – 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.</i>		<i>Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.947, DE 6 DE ABRIL DE 1966.....	1476	DECRETO Nº 85.064, DE 26 DE AGOSTO DE 1980.....	1513
<i>Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.</i>	
DECRETO Nº 59.566, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966.....	1480	LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.....	1519
<i>Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 5.709, DE 7 DE OUTUBRO DE 1971.....	1490	DECRETO Nº 9.311, DE 15 DE MARÇO DE 2018.....	1527
<i>Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.</i>	
DECRETO Nº 74.965, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1974.....	1492	LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998.....	1536
<i>Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.</i>		<i>Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.768, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971.....	1495	DECRETO Nº 3.725, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	1556
<i>Abre a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 70.951, DE 9 DE AGOSTO DE 1972*.....	1499	LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	1560
<i>Regulamenta a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.</i>		<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972.....	1503	DECRETO Nº 5.746, DE 5 DE ABRIL DE 2006.....	1569
<i>Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.</i>	
DECRETO Nº 72.106, DE 18 DE ABRIL DE 1973.....	1505	LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006.....	1572
<i>Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	
		DECRETO Nº 6.660, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2008.....	1578
		<i>Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.</i>	

* Excerto.

LEI Nº 11.952, DE 25 DE JUNHO DE 2009.....	1588	25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências.
DECRETO Nº 7.341, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010.....	1596	Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.
DECRETO Nº 10.592, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020	1599	Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.
LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009	1607	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PNCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
DECRETO Nº 7.499, DE 16 DE JUNHO DE 2011*	1623	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.
LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	1624	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
DECRETO Nº 9.640, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018	1645	Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
LEI Nº 13.001, DE 20 DE JUNHO DE 2014*	1651	Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nºs 8.629, de
		25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências.
DECRETO Nº 9.311, DE 15 DE MARÇO DE 2018	1654	Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.
DECRETOS-LEIS	1655	
DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.....	1655	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
DECRETO-LEI Nº 58, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937	1657	Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.
DECRETO-LEI Nº 1.003, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938	1661	Dispõe sobre o penhor agrícola, e dá outras providências.
DECRETO-LEI Nº 3.200, DE 19 DE ABRIL DE 1941.....	1662	Dispõe sobre a organização e proteção da família.
DECRETO-LEI Nº 3.240, DE 8 DE MAIO DE 1941.....	1666	Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros.
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1667	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
DECRETO-LEI Nº 6.777, DE 8 DE AGOSTO DE 1944	1673	Dispõe sobre a sub-rogação de imóveis gravados ou inalienáveis.
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946	1673	Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.
DECRETO-LEI Nº 57, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966	1692	Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.

* Excerto.

DECRETO-LEI Nº 271, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967	1693	DECRETO Nº 3.079, DE 15 DE SETEMBRO DE 1938	1723
<i>Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.</i>	
DECRETO-LEI Nº 745, DE 7 DE AGOSTO DE 1969	1694	DECRETO Nº 62.504, DE 8 DE ABRIL DE 1968.....	1727
<i>Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970.....	1695	DECRETO Nº 95.760, DE 1º DE MARÇO DE 1988.....	1729
<i>Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.</i>		<i>Regulamenta o art. 3º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.381, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1974.....	1695	DECRETO Nº 95.956, DE 22 DE ABRIL DE 1988	1730
<i>Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta o art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.865, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1981.....	1698	DECRETO Nº 96.084, DE 23 DE MAIO DE 1988	1730
<i>Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.</i>		<i>Regulamenta o § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.876, DE 15 DE JULHO DE 1981.....	1699	DECRETO Nº 99.672, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1990.....	1731
<i>Dispensa do pagamento de foros e laudêmos os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.958, DE 9 DE SETEMBRO DE 1982.....	1700	DECRETO Nº 433, DE 24 DE JANEIRO DE 1992	1732
<i>Extingue o Certificado de Regularidade de Situação – CRS e o Certificado de Quitação – CQ, reduz os casos de exigência, de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.976, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982	1701	DECRETO Nº 578, DE 24 DE JUNHO DE 1992	1734
<i>Dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica, e dá outras providências.</i>		<i>Dá nova regulamentação ao lançamento dos Títulos da Dívida Agrária.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.375, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987	1701	DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996.....	1735
<i>Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987	1703	DECRETO Nº 1.922, DE 5 DE JUNHO DE 1996.....	1736
<i>Dispõe sobre foros, laudêmos e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.</i>	
DECRETOS FEDERAIS	1707	DECRETO Nº 4.382, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002	1738
DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934.....	1707	<i>Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.</i>	
<i>Decreta o Código de Águas.</i>			

DECRETO Nº 4.449, DE 30 DE OUTUBRO DE 2002	1751	PROVIMENTO Nº 33, DE 3 DE JULHO DE 2013	1794
<i>Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nºs. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o registro e a averbação de descrição de área, por Oficiais de Registro de Imóveis, relativos às Glebas Públicas Federais situadas na Amazônia Legal.</i>	
DECRETO Nº 4.523, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002	1754	PROVIMENTO Nº 39, DE 24 DE JULHO DE 2014.....	1795
<i>Regulamenta o arrolamento de bens para interposição de recurso voluntário no processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União.</i>		<i>Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, destinada a recepcionar comunicações de indisponibilidade de bens imóveis não individualizados.</i>	
DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003	1755	PROVIMENTO Nº 43, DE 17 DE ABRIL DE 2015.....	1800
<i>Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>		<i>Dispõe sobre o arrendamento de imóvel rural por estrangeiro residente ou autorizado a funcionar no Brasil, bem como por pessoa jurídica brasileira da qual participe, a qualquer título, pessoas estrangeira física ou jurídica que resida ou tenha sede no exterior e possua a maioria do capital social.</i>	
DECRETO Nº 6.063, DE 20 DE MARÇO DE 2007	1757	PROVIMENTO Nº 44, DE 18 DE MARÇO DE 2015	1800
<i>Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.</i>		<i>Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.</i>	
DECRETO Nº 7.830, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.....	1764	PROVIMENTO Nº 65, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017	1805
<i>Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.</i>		<i>Estabelece diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis.</i>	
DECRETO Nº 9.310, DE 15 DE MARÇO DE 2018	1768	PROVIMENTO Nº 70, DE 12 DE JUNHO DE 2018	1810
<i>Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União.</i>		<i>Dispõe sobre abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites.</i>	
DECRETO Nº 9.354, DE 25 DE ABRIL DE 2018.....	1791	PROVIMENTO Nº 89, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	1811
<i>Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União.</i>		<i>Regulamenta o Código Nacional de Matrículas – CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR.</i>	
DECRETO Nº 11.208, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022	1791	PROVIMENTO Nº 94, DE 28 DE MARÇO DE 2020.....	1816
<i>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e sobre o Cadastro Imobiliário Brasileiro e regula o compartilhamento de dados relativos a bens imóveis.</i>		<i>Dispõe sobre o funcionamento das unidades de registro de imóveis nas localidades onde foram decretados regime de quarentena pelo sistema de plantão presencial e à distância e regula procedimentos especiais.</i>	
PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	1794	PROVIMENTO Nº 109, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.....	1818
		<i>Disciplina a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça como Agente Regulador do ONR – Operador Nacional do Registro Imobiliário Eletrônico e dá outras providências.</i>	

PROVIMENTO Nº 115, DE 24 DE MARÇO DE 2021	1821	PORTARIAS	1835
<i>Institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.</i>		PORTARIA Nº 491, DE 11 DE MARÇO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ....	1835
PROVIMENTO Nº 124, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021	1823	<i>Institui o Fórum Nacional para monitoramento e resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos.</i>	
<i>Estabelece prazo para a universalização do acesso por todas as unidades do serviço de registro de imóveis do Brasil, ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis – ONR, sob regulação da Corregedoria Nacional de Justiça.</i>		PORTARIA Nº 1, DE 21 DE AGOSTO DE 2012, DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA.....	1835
PROVIMENTO Nº 143, DE 25 DE ABRIL DE 2023.....	1824	<i>Dispõe sobre o procedimento para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras públicas federais, situadas em áreas urbanas na Amazônia Legal, previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.</i>	
<i>Regulamenta a estrutura, a geração e a validação do Código Nacional de Matrícula - CNM, dispõe sobre a escrituração da matrícula no registro de imóveis, e dá outras providências.</i>		PORTARIA Nº 327, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA.....	1840
PROVIMENTO Nº 144, DE 25 DE ABRIL DE 2023.....	1827	<i>Dispõe sobre o procedimento de reversão de imóveis rurais na Amazônia Legal à União.</i>	
<i>Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, institui a Semana Nacional de Regularização Fundiária, e dá outras providências.</i>		PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 01, DE 03 DE MAIO DE 2016, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	1841
PROVIMENTO CNJ Nº 145, DE 23 DE JUNHO DE 2023	1829	<i>Regulamenta o procedimento de transferência onerosa de imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, para o Programa Nacional de Reforma Agrária e para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.</i>	
<i>Institui o Prêmio “Solo Seguro”, com o objetivo de premiar iniciativas inovadoras e incentivar o aperfeiçoamento de práticas relativas à regularização fundiária urbana e rural.</i>		PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017, DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU E DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU..	1842
ORIENTAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ	1831	<i>Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e pelas Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal na representação da União relativamente à usucapião extrajudicial de bens imóveis, e dá outras providências.</i>	
ORIENTAÇÃO Nº 5, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013.....	1831	PORTARIA Nº 72, DE 19 DE JANEIRO DE 2021, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	1843
<i>Orienta sobre o procedimento de averbação de descrição georreferenciada de Gleba Pública Federal na Amazônia Legal previsto nos arts. 3º e 4º do Provimento nº 33/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.</i>		<i>Autorização ao SERPRO para fornecimento de serviços automatizados de consulta aos dados do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) por meio de serviço de API – Application Programming Interface.</i>	
ORIENTAÇÃO Nº 12, DE 16 DE MAIO DE 2023	1831	PORTARIA Nº 131, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021, DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – MINFRA*	1844
<i>Dispõe sobre a emissão da certidão de situação jurídica de imóvel.</i>		<i>Dispõe sobre os processos administrativos de requerimento para exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização, conforme a Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021.</i>	
RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ	1833		
RECOMENDAÇÃO Nº 14, DE 2 DE JULHO DE 2014	1833		
<i>Dispõe sobre a divulgação do resultado de estudos realizados para a especificação do modelo de sistema digital para implantação de Sistemas de Registro de Imóveis Eletrônico – S – REI.</i>			
RECOMENDAÇÃO Nº 41, DE 02 DE JULHO DE 2019	1834		
<i>Dispõe sobre a dispensa dos Cartórios de Registro de Imóveis da anuência dos confrontantes na forma dos §§ 3º e 4º do art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n. 13.838, de 4 de junho de 2019.</i>			

* Excerto.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS 1846**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77,
DE 23 DE AGOSTO DE 2013, DO INCRA 1846**

Regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82,
DE 27 DE MARÇO DE 2015, DO INCRA 1848**

Dispõe sobre os procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 83,
DE 30 DE JULHO DE 2015, DO INCRA..... 1852**

Estabelece as diretrizes básicas para as ações de obtenção de imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05,
DE 19 DE MAIO DE 2016,
DO INSTITUTO CHICO MENDES DE
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE 1860**

Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 02070.000195/2014-01.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 88,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017, DO INCRA 1864**

Dispõe sobre a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no País, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 91,
DE 03 DE OUTUBRO DE 2018, DO INCRA 1873**

Dispõe sobre o procedimento para venda direta dos imóveis residenciais de propriedade do INCRA no âmbito da Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 208,
DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019,
CONJUNTA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA/
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA
DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO 1876**

Disciplina a atividade de Demolição de imóveis da União.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.968,
DE 22 DE JULHO DE 2020,
CONJUNTA DA RFB E INCRA..... 1878**

Estabelece prazos e procedimentos para atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) que visa propiciar a integração entre esses sistemas cadastrais com a finalidade de estruturação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 104,
DE 29 DE JANEIRO DE 2021..... 1880**

Fixa os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, de que trata a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.008,
DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021,
CONJUNTA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA/
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL ... 1887**

Dispõe sobre o Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 107,
DE 18 OUTUBRO DE 2021..... 1895**

Define critérios e procedimentos administrativos para destinação de bens públicos imóveis, existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária, sob o domínio do Incra ou da União.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 112,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021 1899**

Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 124,
DE 26 JULHO DE 2022 1904**

Estabelece os procedimentos para análise do cumprimento e liberação das cláusulas e condições resolutivas de instrumentos de titulação decorrentes de regularização fundiária, incidentes em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e da União sob gestão do Incra.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 126,
DE 28 JULHO DE 2022 1909**

Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de ocupações incidentes em terras públicas federais, situadas em áreas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica do Incra, dentro e fora da Amazônia Legal, e da União, administradas pelo Incra, na Amazônia Legal, previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 128,
DE 30 AGOSTO DE 2022 1914**

Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais.

NOTA TÉCNICA 1918**NOTA TÉCNICA INCRA Nº 3.448,
DE 25 DE OUTUBRO DE 2021..... 1918**

Dispõe sobre os procedimentos para a submissão de parcelas no Sistema de Gestão Fundiária para situações de Usucapião Judicial e Extrajudicial.

2.4. TABELIONATO DE NOTAS

CÓDIGO BRASILEIRO DE ÉTICA E DISCIPLINA NOTARIAL	1923	DECRETO FEDERAL	1940
LEIS FEDERAIS	1926	DECRETO Nº 8.058, DE 26 DE JULHO DE 2013*	1940
LEI Nº 11.441, DE 4 DE JANEIRO DE 2007	1926	<i>Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.</i>	
<i>Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.</i>		RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	1941
LEI Nº 13.726, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018	1926	RESOLUÇÃO Nº 35, DE 24 DE ABRIL DE 2007, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1941
<i>Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.</i>		<i>Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021*	1928	RESOLUÇÃO Nº 131, DE 26 DE MAIO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1944
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>		<i>Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.</i>	
LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES	1929	RESOLUÇÃO Nº 295, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1946
LEI Nº 7.433, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985	1929	<i>Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.</i>	
<i>Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.</i>		RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)	1948
DECRETO Nº 93.240, DE 9 DE SETEMBRO DE 1986	1929	RESOLUÇÃO Nº 1.995, DE 09 DE AGOSTO DE 2012, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)...	1948
<i>Regulamenta a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que “dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências”.</i>		<i>Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes.</i>	
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	1930	RESOLUÇÃO Nº 2.232, DE 17 DE JULHO DE 2019, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)...	1948
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>		<i>Estabelece normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico-paciente.</i>	
DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017	1934	RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO	1951
<i>Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)</i>		RESOLUÇÃO Nº 809, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020	1951
		<i>Dispõe sobre os requisitos para emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV), do Certificado de Licenciamento Anual (CLA) e do comprovante de transferência de propriedade em meio digital.</i>	

* Excerto.

PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 1954

PROVIMENTO Nº 18,
DE 28 DE AGOSTO DE 2012..... 1954
Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC.

PROVIMENTO Nº 56,
DE 14 DE JULHO DE 2016..... 1958
Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais.

PROVIMENTO Nº 100,
DE 26 DE MAIO DE 2020 1958
Dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 103,
DE 4 DE JUNHO DE 2020..... 1965
Dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais e dá outras providências.

RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ..... 1967

RECOMENDAÇÃO Nº 3,
DE 15 DE MARÇO DE 2012 1967
Dispõe sobre certificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

RECOMENDAÇÃO Nº 22,
DE 06 DE JUNHO DE 2016 1967
Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados.

PORTARIA 1969

PORTARIA Nº 2.860,
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL,
DE 25 DE OUTUBRO DE 2017..... 1969
Dispõe sobre a apresentação de documento sem reconhecimento de firma e de cópia simples para solicitação de serviços no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

2.5. TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA

LEIS FEDERAIS..... 1973

LEI Nº 4.728,
DE 14 DE JULHO DE 1965 1973
Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

LEI Nº 5.474,
DE 18 DE JULHO DE 1968..... 1986
Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

LEI Nº 6.024,
DE 13 DE MARÇO DE 1974..... 1990
Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.

LEI Nº 6.830,
DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 1997
Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI Nº 7.357,
DE 2 DE SETEMBRO DE 1985..... 2002
Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

LEI Nº 9.430,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996* 2007

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

LEI Nº 9.492,
DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 2009
Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.

LEI Nº 11.101,
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 2016
Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

LEI Nº 12.810,
DE 15 DE MAIO DE 2013 2059
Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

* Excerto.

LEI Nº 13.775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018	2065
<i>Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.286, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021*	2067
<i>Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil; altera as Leis nos 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.728, de 14 de julho de 1965, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.371, de 28 de novembro de 2006, e o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933; e revoga as Leis nos 156, de 27 de novembro de 1947, 1.383, de 13 de junho de 1951, 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 4.390, de 29 de agosto de 1964, 5.331, de 11 de outubro de 1967, 9.813, de 23 de agosto de 1999, e 13.017, de 21 de julho de 2014, os Decretos-Leis nºs 1.201, de 8 de abril de 1939, 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, 9.602, de 16 de agosto de 1946, 9.863, de 13 de setembro de 1946, e 857, de 11 de setembro de 1969, a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.182, de 13 de novembro de 1920, 3.244, de 14 de agosto de 1957, 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 5.409, de 9 de abril de 1968, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 7.738, de 9 de março de 1989, 8.021, de 12 de abril de 1990, 8.880, de 27 de maio de 1994, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.803, de 5 de novembro de 2008, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 13.292, de 31 de maio de 2016, e 13.506, de 13 de novembro de 2017, e dos Decretos-Leis nºs 2.440, de 23 de julho de 1940, 1.060, de 21 de outubro de 1969, 1.986, de 28 de dezembro de 1982, e 2.285, de 23 de julho de 1986.</i>	
DECRETO-LEI	2070
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943*	2070
<i>Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.</i>	
DECRETOS FEDERAIS	2071
DECRETO Nº 1.102, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1903.....	2071
<i>Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas.</i>	
DECRETO Nº 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908	2078
<i>Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.</i>	
DECRETO Nº 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966	2083
<i>Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.</i>	
DECRETO Nº 1.240, DE 15 DE SETEMBRO DE 1994	2097
<i>Promulga a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques, adotada em Montevidéu, em 8 de maio de 1979.</i>	
PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	2100
PROVIMENTO Nº 30, DE 19 DE ABRIL DE 2013.....	2100
<i>Disciplina a recepção e protesto de cheques, nas hipóteses que relaciona, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores ou a terceiros.</i>	
PROVIMENTO Nº 72, DE 27 DE JUNHO DE 2018	2101
<i>Dispõe sobre medidas de incentivo à quitação ou à renegociação de dívidas protestadas nos tabelionatos de protesto do Brasil.</i>	
PROVIMENTO Nº 86, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.....	2104
<i>Dispõe sobre a possibilidade de pagamento postergado de emolumentos, acréscimos legais e demais despesas, devidos pela apresentação de títulos ou outros documentos de dívida para protesto e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 87, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019	2105
<i>Dispõe sobre as normas gerais de procedimentos para o protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida, regulamenta a implantação da Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos – CENPROT e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 97, DE 27 DE ABRIL DE 2020.....	2108
<i>Regula os procedimentos de intimação nos tabelionatos de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.</i>	
RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA – COFECON	2110
RESOLUÇÃO Nº 1.924, DE 30 DE JANEIRO DE 2015	2110
<i>Inclui dispositivos no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011, para contemplar a possibilidade de protesto das Certidões de Dívida Ativa – CDA's nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997.</i>	

* Excerto.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL..... 2111

RESOLUÇÃO Nº 2,
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015*..... 2111
Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN 2112

RESOLUÇÃO Nº 498,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015..... 2112
Aprova a possibilidade de realização de protesto de certidões de dívida ativas, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN 2114

RESOLUÇÃO Nº 314,
DE 26 DE ABRIL DE 2023..... 2114
Dispõe sobre a execução dos serviços de compensação de cheques apresentados à Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe) e sobre questões operacionais relacionadas ao cheque.

CIRCULAR 2124

CIRCULAR Nº 3.535,
DO BANCO CENTRAL DO BRASIL,
DE 16 DE MAIO DE 2011 2124
Cria motivo de devolução de cheques, altera descrições e especificações de utilização de motivos já existentes e altera a Circular nº 3.532, de 25 de abril de 2011.

PORTARIAS 2128

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1,
DE 23 DE AGOSTO DE 2013,
DA AGU/BACEN 2128
Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Banco Central do Brasil.

PORTARIA Nº 429,
DE 04 DE JUNHO DE 2014, DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN 2128
Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa da União ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

3. LEGISLAÇÃO SOBRE CÉDULAS, LETRAS E NOTAS

LEIS FEDERAIS 2133

LEI Nº 492,
DE 30 DE AGOSTO DE 1937 2133
Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia.

LEI Nº 6.313,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975 2137
Dispõe sobre títulos de crédito à exportação e dá outras providências.

LEI Nº 6.840,
DE 03 DE NOVEMBRO DE 1980 2138
Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.

LEI Nº 7.684,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 1988..... 2138
Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.

LEI Nº 9.138,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995 2139
Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

LEI Nº 10.931,
DE 02 DE AGOSTO DE 2004 2141
Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

LEI Nº 11.076,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 2151
Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

* Excerto.

LEI Nº 11.775, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.....	2159
<i>Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.882, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.....	2182
<i>Dispõe sobre as operações de desconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.986, DE 7 DE ABRIL DE 2020	2184
<i>Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis nºs 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de 2017, e dos Decretos-Leis nºs 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	
LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES	
LEI Nº 4.829, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965	2193
<i>Institucionaliza o crédito rural.</i>	
DECRETO Nº 58.380, DE 10 DE MAIO DE 1966	2197
<i>Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.</i>	
LEI Nº 8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994.....	2203
<i>Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 10.828, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021	2209
<i>Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.</i>	
DECRETOS-LEIS	
DECRETO-LEI Nº 70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966	2210
<i>Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967	2215
<i>Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 413, DE 09 DE JANEIRO DE 1969	2223
<i>Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.</i>	

4. SÚMULAS E ENUNCIADOS RELACIONADOS

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF.....	2233
---	------

SÚMULAS VINCULANTES.....	2233
SÚMULAS	2233

SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ	2237
--	------

ENUNCIADOS DA I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF.....	2243
--	------

ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF.....	2248
---	------

I JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2248
---	------

III JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2256
---	------

IV JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2262
--	------

V JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2267
---	------

VI JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2273
--	------

VII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2275	XI CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)	2304
VIII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2277	XII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)	2305
IX JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2279	XIII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)	2305
ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF.....	2282	RECOMENDAÇÕES PARA AS CÂMARAS NACIONAIS E OS CONSELHOS NACIONAIS DOS NOTARIADOS MEMBROS DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO – UINL – OUTUBRO/2016.....	2306
I JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2282	TEMA 1: O NOTÁRIO COMO TERCEIRO DE CONFIANÇA	2306
II JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2285	<i>Recomendações para as câmaras nacionais e os conselhos nacionais dos notariados membros da UINL</i>	
III JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2286	TEMA 2: A ESCRITURA PÚBLICA E A DIGITALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS: DIREITOS TÉCNICOS E JURÍDICOS	2308
ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF.....	2289	CONCLUSÕES INTERNACIONAIS DO 30º CONGRESSO MUNDIAL DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO (UINL)	2310
I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2289	TEMA 1: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL EM ÂMBITO VIRTUAL.....	2310
II JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF....	2289	TEMA 2: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL VINCULADO À RECUPERAÇÃO DAS ECONOMIAS NACIONAIS NA ÉPOCA PÓS-PANDEMIA.....	2310
ENUNCIADOS DA JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF.....	2290	ORIENTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS NOTARIAIS E DE REGISTRO DA ESCOLA NACIONAL DE DIREITO NOTARIAL E DE REGISTROS – ENNOR.....	2312
I JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS”	2290	ORIENTAÇÃO SOBRE NOTAS.....	2312
II JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS”	2294	ORIENTAÇÃO SOBRE PESSOA JURÍDICA.....	2312
ENUNCIADOS DO COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – CNB.....	2302	ORIENTAÇÃO SOBRE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	2312
XIX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – MAIO/2014	2302	ORIENTAÇÃO SOBRE REGISTRO DE IMÓVEIS..	2312
XX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – OUTUBRO/2015	2302	5. ÍNDICE REMISSIVO GERAL	
XXI CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – OUTUBRO/2016.....	2302	ÍNDICE REMISSIVO GERAL.....	2315
XXII CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – JUNHO/2017.....	2303	6. ÍNDICE CRONOLÓGICO	
XXIV CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – AGOSTO/2019.....	2303	ÍNDICE CRONOLÓGICO	2449
ENUNCIADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)	2304		
X CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)	2304		